



# Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]  
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.22 - Fevereiro de 2016

## É necessário constituir uma frente única de todas as organizações operárias e dos movimentos em defesa das condições de vida e dos direitos trabalhistas e previdenciários dos explorados

Em meio ao aprofundamento da crise econômica mundial que volta atingir o sistema bancário europeu e sofre os impactos da queda do preço do petróleo e desaquecimento da economia chinesa, as perspectivas para o Brasil não param de piorar, com estimativas de queda no PIB acima de 4% e de fechamento de mais 700 mil postos de trabalho em 2016, somados a 1,5 milhão já destruídos em 2015. Mesmo as fábricas que aderiram ao “Plano de Proteção aos Empregos” (PPE) já anunciam férias coletivas como uma prévia das demissões. Comprovou-se que esta política não tem o objetivo de preservar empregos, mais sim de rebaixar ainda mais os salários e aumentar brutalmente a exploração. As mudanças no seguro-desemprego deixam os trabalhadores ainda mais vulneráveis. A inflação corrói os salários. O salário mínimo de R\$ 880 é de fome, mal dá para comprar duas cestas básicas.

A crise política projeta a crise econômica. Ainda que a tese do impeachment tenha perdido força após a intervenção do STF, a oposição burguesa aposta em esmagar o PT. Porém, o PSDB já anunciou que ajudará o governo a aprovar as medidas do ajuste fiscal. O novo Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, se comprometeu a continuar a política do “ajuste fiscal”. O objetivo do governo é aprovar a CPMF, a DRU e a Reforma da Previdência ainda em março. Além de ampliar as privatizações. O governo do PT tomou a decisão de descarregar a crise capitalista sobre as costas da maioria oprimida.

Além da elevação da idade mínima para a aposentadoria, a Reforma pretende extinguir a diferença entre homens e mulheres e modificar as regras para os trabalhadores rurais. A partir de janeiro de 2016, o governo tem feito a adesão compulsória dos novos servidores públicos FUNPRESP. A experiência com os fundos de pensão dos trabalhadores dos Correios e Petrobrás mostram que isto significa colocar o futuro dos trabalhadores nas mãos dos especuladores. Quando a jogatina vai bem, os burocratas que gerem os fundos embolsam uma fortuna. Quando vai mal, são os trabalhadores que perdem.

O novo contingenciamento do orçamento, que precede mais um corte, atinge duramente os trabalhadores e atende ao objetivo de garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, que em 2015, consumiu cerca de R\$ 1

trilhão, quase metade o orçamento da União. Mudaram as condições para a política de colaboração de classes das centrais e sindicatos. Não há mais como iludir os trabalhadores com as bandeiras de “desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda”. A tônica das centrais governistas é que é o momento de todos fazerem sacrifícios, mas os trabalhadores vêem que os bancos e multinacionais não param de lucrar. Os sindicatos, mesmo estatizados e burocratizados continuam a ser importantes para a luta dos explorados.

Alguns setores têm saído à luta, como os operários da MABE, que diante do atraso dos salários e demissões resolveram ocupar a fábrica. Trabalhadores terceirizados da USP também mostraram o caminho da luta para obrigar a reitoria a se responsabilizar pelo calote da empresa. Lutas do funcionalismo estadual pipocam por todo o país. A juventude sai às ruas contra o aumento da tarifa no transporte coletivo e contra o fechamento e privatização das escolas. A fragmentação e a política de conciliação são obstáculos, impedem que as lutas se unifiquem e avancem em defesa das reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos sociais.

É preciso soldar a defesa destas reivindicações com o programa revolucionário, com a análise da crise estrutural do capitalismo e a concepção da luta de classes. Nada de reforçar as ilusões parlamentares com a alternativa eleitoral proposta pelos centristas e reformistas, a independência de classe se traduz na defesa da estratégia da revolução proletária, da constituição de um governo operário e camponês.

*A Corrente Proletária na educação/POR chama os trabalhadores e a juventude a exigirem que as Centrais, sindicatos e movimentos se independizem do governo e da política burguesa. Que constituam imediatamente uma frente única em defesa dos empregos e dos salários. Que levantem a bandeira de não pagamento da dívida pública. Que organizem o movimento nacional pela redução da jornada sem redução dos salários, pela estabilidade no emprego e pela escala móvel do trabalho para incluir na produção todos os desempregados. Que coloquem para os explorados a defesa do salário mínimo vital calculado pelas assembleias. Que rechacem as medidas antinacionais, anti-operárias e antipopulares do governo Dilma. Com esse plano de reivindicações, que as centrais e sindicatos organizem um movimento nacional sobre a base de assembleias e de comitês de luta.*

**Adquira com o distribuidor deste boletim:**

**SOCIALISMO  
OU BARBARIE**



A REVOLUÇÃO  
PROLETÁRIA  
NA ÉPOCA  
DO CAPITALISMO  
EM DECOMPOSIÇÃO

**Cadastre seu email e receba o boletim online da CPE:  
POR@PORMASSAS.ORG**

**Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação  
CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR**

## Congresso do ANDES: adaptação oportunista e retrocesso em suas formulações

O 35º Congresso do Andes ocorreu sob orientação reformista do PSOL/PCB – que dirigem o ANDES e a adaptação oportunista do PSTU que se rebaixou mais ainda para ingressar na chapa hegemônica que disputará a eleição em maio para o biênio 2016 a 2018. O aumento da força do PT (O Trabalho) que lançou o coletivo Renova Andes, ainda que não tenha conseguido montar uma chapa, facilitou a reconciliação do PSTU com o grupo atual do PSOL/PCB.

O representante da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela/PSTU, defendeu na abertura a “Alternativa dos Trabalhadores”. A Corrente Proletária na Educação/POR defendeu a consigna de Oposição Revolucionária ao governo Dilma (PT/ PMDB/PCdoB), por constituir a bandeira que melhor configura a independência de classe dos explorados.

A diretoria do ANDES apresentou uma proposta defendendo que o Estado brasileiro ratifique a convenção 87 da OIT, revogando a lei que impõe a unicidade sindical. Desta forma, expõe completamente a sua subordinação ao legalismo burguês, defende a ingerência do Estado e de um organismo imperialista (a OIT) em apoio à sua política divisionista.

Na questão do concurso público para os terceirizados, a CPE/ POR se opôs defendendo a efetivação de todos os terceirizados deve fazer parte de uma luta geral por emprego a todos aptos ao trabalho. A luta geral pelo emprego a todos, evidentemente, se choca com o funcionamento do capitalismo que tem como resultado a manutenção de um exército crônico de desempregados.

Um tema em que se evidenciou um franco retrocesso por parte do sindicato é o do financiamento das universidades. A autonomia financeira defendida pela diretoria do ANDES e seguida pelo PSTU consiste na desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação e o avanço da privatização, pois se o recurso não for suficiente, cabe à comunidade buscar sua complementação com venda de serviços, convênios e

cobrança de taxas. A CPE/POR defendeu o financiamento integral da educação pelo Estado, tese que antes tinha mais adeptos no próprio ANDES e o governo tripartite como expressão da autonomia universitária.

No tema das “questões organizativas e financeiras”, o PSTU defendeu de forma oportunista a proporcionalidade direta e qualificada na composição da diretoria do Andes. Essa defesa se deve à situação minoritária, pois quando compartilhava a direção do sindicato nunca levantou esta proposta. A CPE/POR se colocou a favor da proporcionalidade, como o faz em todos espaços em que atua, em defesa da democracia sindical/operária, se contrapondo ao aparelhismo das correntes nos sindicatos e movimentos sociais.

Por outro lado, este congresso teve a participação de muitos professores jovens, que se iniciam na atividade sindical e o ingresso de várias universidades ao ANDES, o que pode resultar no futuro numa renovação de quadros. Ademais, a condição precarizada em que ingressaram os docentes no período do REUNI pode se chocar com a orientação reformista predominante, como já se evidenciou limitadamente durante a última greve. A condição para que isto se concretize, no entanto, é o desenvolvimento da corrente proletária entre os docentes, pois, na sua ausência, o carreirismo político e o academicismo continuarão a prevalecer nos sindicatos, o que poderá se reproduzir nas novas gerações de professores. A CPE/POR atuou no 35º Congresso do Andes com uma declaração programática que serviu de guia nas discussões. Fez um trabalho de propaganda revolucionária com suas publicações, que despertou interesse em uma parcela dos participantes. Divulgou o mais seu mais recente livro Socialismo ou Barbárie e o folheto sobre as ocupações de escolas pela juventude secundarista do estado de São Paulo.

*\* Versão adaptada das matérias publicadas nos jornais Massas 513 e 514.*

## Dia Internacional da Mulher

Em 8 de março, estão previstas manifestações. Geralmente, os governos, politíqueiros e representantes do feminismo vinculados à ONU aproveitam a data para lembrar as discriminações e a violência que atingem as mulheres. Requentam as discussões sobre gênero e machismo, recorrem à tese do “empoderamento” e da “transversalidade”. O governo mostra o quanto fez pela igualdade e pela coibição à violência (estupros, espancamentos, assassinatos, assédio, etc.) e conclui que há ainda muito o que fazer. O feminismo mais crítico reclama da insuficiência das medidas coercitivas, de educação antimachista e de proteção à mulher.

É-nos conhecida a avaliação de que o Brasil tem uma das legislações sobre o “gênero” mais avançada do mundo. A Lei Maria da Penha e a do Femicídio colocaram o País ao lado da Espanha, considerado o mais avançado na conquista de direitos da mulher. Mesmo assim, a situação das mulheres continua tão grave quanto antes da implantação de tais leis. Ocorre que os direitos por mais avançados que sejam não alcançam eliminar a fonte da opressão sobre as mulheres, que é tem suas raízes na sociedade de classes.

A importância da conquista de direitos está em que expõe com maior clareza sua formalidade e a impossibilidade do capitalismo em cumpri-los integralmente e a necessidade de as

mulheres oprimidas se lançarem à luta pelo fim do capitalismo, evidentemente como parte da luta revolucionária do proletariado.

A democracia burguesa, por mais avançada que seja, e suas leis sobre a igualdade, os direitos, etc., não podem eliminar a opressão de classe. Ao contrário, expressam a aguda polarização das classes sociais, de onde os explorados elevam sua consciência revolucionária. Quanto mais direitos se consegue, portanto, mais claro fica para os oprimidos que a essência da opressão não está na falta de direito, mas no regime de exploração do trabalho.

Neste momento, as mulheres miseráveis e pobres estão sobressaltadas pela contaminação do zika vírus. A defesa do aborto, garantido pelo Estado e a responsabilização pelas crianças com microcefalia devem ser uma das bandeiras do direito das mulheres. Mas é necessário que faça parte de um conjunto de reivindicações de igualdade entre mulheres e homens vinculado à estratégia revolucionária do proletariado.

Há que se rejeitar terminantemente a hipocrisia da pseudo teoria do gênero e do machismo, afirmando os fundamentos de classe da opressão sobre as mulheres, em cuja base está a sua escravização na família como unidade econômica do capitalismo.

## Ameaça ao PIBID é parte dos cortes no MEC e parte do “ajuste fiscal” do governo Dilma

Desde 2015, há rumores quanto ao fim do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Durante a greve dos técnicos e docentes em 2015, os movimentos exigiam do MEC e da CAPES um posicionamento quanto ao repasse das verbas de custeio do programa. O movimento estudantil da Universidade Federal de Alagoas chegou a ocupar a Reitoria dessa instituição porque várias bolsas vinham atrasadas, inclusive, as ligadas ao PIBID.

Quando o “novo” ministro Mercadante assumiu, o mesmo afirmou que o programa tinha que ser “revisto”. Ainda durante a greve, os movimentos denunciaram os cortes no PARFOR (formação de professores da educação básica) e no PIBID. Na ocasião, a Capes previa que os recursos diminuiriam em 2016. Fala-se então de cortes de até 50% (em 2015, o programa tinha cerca de 86 mil bolsistas em todo país).

Por todo esse quadro anterior e pelo que se anuncia (o governo deve apresentar uma meta de contingenciamento na casa dos 50 bilhões, o que, sem dúvida, atingirá novamente o MEC, que perdeu mais de 10 bilhões só em 2015), professores e estudantes ligados aos programas mencionados mostram-se temerosos com o fim abrupto dos programas ou a sua extinção gradual.

Nesse sentido, não foi de espantar que, em dezembro de 2015, todos os editais para inclusão de novos bolsistas para o

PIBID na UFAM tenham sido suspensos por determinação de Portaria da CAPES (nº 976 de 2015). Assim, nos cursos em que alunos desistem, são desligados ou se formam, não há mais inclusão de novos bolsistas. Além disso, sem verbas para custeio, muitas atividades são tocadas com dinheiros dos próprios docentes ou bolsistas.

É certo também na UFAM que os cursos já em andamento do PARFOR (que atendem professores da Educação Básica de municípios de difícil acesso) podem não ser renovados para os próximos períodos.

Para evitar alguma mobilização geral, a tática do MEC é diminuir as repasses para a CAPES sem cortar de imediato qualquer programa. Logo, sem bolsistas e sem oposição, pode-se extinguir os programas considerados “onerosos” pelo governo. A “revisão” de que falava Mercadante ainda em 2015 pode significar simplesmente o fim desses programas, o que se coaduna perfeitamente com a política de ajuste fiscal que o governo Dilma vem implantando ferreamente desde o início de 2015.

Sem mobilização dos docentes, discentes e toda comunidade universitária a precarização do ensino e da pesquisa se agigantaram. É preciso desde já fazer a denúncia e organizar a mobilização para impedir os cortes de verbas e o fim dos programas institucionais que há anos existem nas federais.

### Foi lançado o Comitê Paraibano em Defesa da Educação Pública

A criação Comitê Paraibano em Defesa da Educação Pública, no dia 13/02, foi precedida por oito reuniões preparatórias em 2015. A Corrente Proletária na Educação tem atuado para por em pé essa frente de luta.

A constituição dos comitês estaduais é um encaminhamento dos Congressos do ANDES e da CSP-Conlutas. Porém, não vemos o empenho dessas entidades na Paraíba em impulsioná-lo. A ADUFPB não se somou; A CSP-Conlutas aprovou formalmente em suas reuniões a participação, mas não leva suas bases para as atividades. A ANEL nunca apareceu. A exceção é a ADUFCG, esteve conosco em todas as atividades, ainda que o chamado à categoria e articulação com outras entidades ainda sejam limitados. As entidades dirigidas pelo governismo não comparecem, porém a oposição sindical no Sintep, por exemplo, tem se aproximado.

Temos defendido que o comitê se constitua como uma frente única que se organize em torno das tarefas imediatas de combate ao avanço da privatização e precarização, pela reposição salarial dos trabalhadores da educação, garantia de emprego e condições de estudo. A Corrente Proletária na Educação defende no interior do Comitê a expropriação de todo sistema privado de ensino, sob o controle dos que estudam e trabalham. Este programa se choca com a concepção democratizante do ANDES e Conlutas de ter como eixo a bandeira de 10% do PIB, como se o cerne do problema da educação fosse mais financiamento para alcançar um ensino de qualidade. O desacordo programático não impede a atuação conjunta na luta pela educação pública, desde que garantida a democracia interna no movimento.

Por isso, temos combativo o método do consenso progressivo. Trata-se de uma medida burocrática, pois por meio do suposto consenso, se exerce a imposição das organizações majoritárias que, mediante acordos de cúpula, retiram o poder decisório das bases, que discutem, mas nada podem alterar do que as direções já decidiram previamente. Por isso, defendemos que o comitê paraibano se forme baseado na mais ampla democracia, ou seja, liberdade de crítica, de divergência e que os impasses sejam resolvidos por votação – esse é o método histórico de organização dos trabalhadores.

O Encontro Estadual da Educação foi marcado para 20 a 22 de maio. Reforçamos que ele seja deliberativo, que aprove o plano de lutas o estado e as contribuições para o Encontro Nacional de Educação.

### Bahia: Comitê Estadual em defesa da Educação Pública organiza o Encontro Estadual preparatório ao II ENE

O Comitê Estadual em defesa da Educação Pública na Bahia existe há mais de um ano e realiza reuniões e atividades sistemáticas. Conta com a participação ativa das seções sindicais do Andes-SN, entidades estudantis e docentes da educação básica e superior, organizações sindicais, populares, CSP-Conlutas e outras.

A CPE tem participado ativamente de todo o processo de construção e consolidação do Comitê Estadual em defesa da Educação Pública. No próximo dia 27/02 será realizada mais uma reunião em Feira de Santana com a formação sobre “As dimensões da precarização na Educação Básica” e discussão de questões organizativas quanto ao funcionamento do comitê, boletim e encontro estadual. Em Salvador estamos impulsionando a criação do Comitê local, cujo lançamento está previsto para o dia 8 de março em Salvador.

A CPE tem tido uma presença fundamental tanto no comitê local quanto no Estadual, defendendo o programa proletário para a educação. Estamos fazendo reuniões conjuntas entre a Corrente Proletária na Educação e a Corrente Proletária estudantil para organizar nossa intervenção nos comitês. Temos realizado formações com base no material produzido para o Encontro Estadual que será realizado no mês de abril em Feira de Santana.

## A Frente contra a Privatização da Saúde Pública retoma as suas atividades em Salvador

No dia 23/01, foi realizada a primeira reunião da Frente Contra a Privatização da Saúde Pública em 2016, em Praia Grande, Salvador, tendo como objetivo fazer um balanço das atividades realizadas no final do ano de 2015. A Frente fez debates e atividades na universidade e na comunidade de Praia Grande, visando fortalecer a luta em defesa da saúde pública. Após a avaliação, foi debatido e esboçado um cronograma das ações em defesa da saúde pública contra o avanço das medidas de privatização dos governos.

O próximo encontro acontecerá no dia 26/02 e debaterá sobre a epidemia causada pelo aedes aegypti e as causas da crise da saúde pública no país, que atinge os trabalhadores e suas famílias. A Bahia é um dos estados mais atingidos pela proliferação das doenças. Até final de dezembro de 2015, haviam sido notificados 64.478 casos suspeitos de zika vírus, 23.400 casos suspeitos de chikungunya e 51.816 casos de dengue, no total de 139.694 pessoas infectadas pelo Aedes Aegypti. Além disso, já são mais de 366 casos notificados de microcefalia, com pelo menos 10 óbitos. Só em Salvador, foram notificados 214 casos de microcefalia.

A Frente fará uma campanha e debate em Praia Grande sobre a situação de crise da saúde e a propagação da zika vírus e a necessidade de ações concretas no sentido da organização política em torno a defesa da saúde pública. Na última reunião foi deliberado que as mesmas acontecerão no último sábado de cada mês e o grupo presente apresentou algumas propostas para fortalecer o movimento e integrar a juventude, a exemplo de formações políticas, entre outras, que discutam temas relacionados a saúde pública e o avanço do processo de privatização.

**Leia no site a declaração do POR diante do surto de microcefalia**

<http://pormassas.org/?p=1596>

## Paraná: Levantar o Comitê Estadual para se defender dos ataques do governo

No final de janeiro deste ano, o governo deu mais um giro no parafuso para esmagar as universidades. Sob pretexto de alteração na execução orçamentária – “ajuste fiscal” –, ameaçou não repassar recursos para pagamento dos salários, precisamente no mês que deveria reajustá-los, de acordo com a inflação de todo o ano de 2015, conforme ficou estabelecido no fim da greve em junho. Naquela ocasião, os servidores públicos tiveram que engolir o confisco de salários durante todo o ano de 2015, que só reajustariam em janeiro de 2016.

Algumas universidades estaduais sofreram ameaça de não receberem os recursos devido ao “estouro” do seu orçamento. As reitorias utilizaram esta situação na forma de boatos – nunca apresentando a real situação – tentando induzir os sindicatos a se mobilizarem. Em momento algum se colocaram com clareza na denúncia do governo. E inclusive quando finalmente o governo liberou os pagamentos, ainda houve uma reitora afirmando que aquele teria agido “dentro da lei”, justificando o eventual corte.

Evidentemente que o governo conta com a subserviência das reitorias e de toda a burocracia universitária. Estas se comportam como agentes do governo dentro das universidades e, de tanto abaixarem a cabeça, já esqueceram como é ficar em pé com um mínimo de dignidade. O governo sabe que a reação destas será de abjeta obediência e aproveita para apertar sempre um pouco mais. Desta vez, o terrorismo de não ter os salários reajustados, faz esquecer que o custeio das universidades foi cortado significativamente – mais de 40% – reforçando as formas de privatização branca em curso, como a venda de serviços, cursos pagos e todo tipo de cobrança aos estudantes.

Outra consequência deste aperto é a ilusão que se reforça, em algumas universidades, de resolver esta penúria mediante um termo de autonomia financeira, no molde das universidades estaduais paulistas. As burocracias das maiores universidades sonham com este tipo de arranjo que lhes daria – às burocracias – autonomia, se reforçariam politicamente nas IEES e continuariam sendo fiéis guardiãs do governo.

O movimento docente, no entanto, ainda continua disperso e dividido. Alguns passos foram dados no ano passado e, as direções sindicais e as assembleias de docentes enxergam a urgência da unidade. Existe a perspectiva de se avançar nessa direção sob a estrutura do ANDES-SN com a vinculação de todos os sindicatos docentes no sindicato nacional. Mas, mesmo que se consiga dar este passo importante, ainda restaria a tarefa da unidade com os estudantes e técnicos, o que no caso do Paraná, significa levantar novamente o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público, que foi decisivo nas grandes greves de 2000 a 2002.

## UERN: Organizar a greve geral do funcionalismo estadual

No dia 19 de dezembro de 2015, a direção da Aduern (dissidentes do PT e PCdoB mais “independentes”) convocou o Conselho de Representantes para o Planejamento de suas atividades para o ano de 2016. O Planejamento foi bastante democrático, com garantia da presença da base votação das propostas divergentes.

A ausência dos militantes do PT e PCdoB no Planejamento não é por acaso. Os petistas, principalmente, agirão como defensores do governo e impedirão qualquer organização da luta. Os estalinistas estão envolvidos em suas disputas internas, mas o vice-governador é do PCdoB e o partido não permitirá de forma alguma seus militantes atuarem contra o governo.

Foram aprovadas as propostas da Corrente Proletária na Educação (POR) de reativação do Fórum dos Servidores Públicos do Estado para organizar a luta conjunta contra o

governo (PSD/PCdoB/PT); trabalho de base; e formação política da categoria.

A direção já iniciou a implementação do planejamento, com reuniões em vários campi. Participou do ato contra o atraso de salários e da reunião do Fórum dos Servidores. Convocou uma assembleia geral da categoria antes do início das aulas e uma reunião do Comando de Mobilização para preparar as ações de luta no primeiro dia letivo. A direção da Aduern precisa ir além e romper com a política reformista.

É preciso unificar o funcionalismo estadual em uma greve geral de luta contra o governo do Estado do RN, que se amplie para os outros setores das classes exploradas, principalmente os da produção, para através da ação direta radicalizada conquistar as reivindicações e barrar a intenção do governo de descarregar a crise capitalista sobre os assalariados.